ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 168/XII/3.ª SL

Aos dez dias do mês de dezembro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 182/XII (3.ª) (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social";
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV) - Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
   Deputada autora do parecer: Maria das Mercês Borges (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer sobre a COM(2013)798 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos marítimos e que altera as Diretivas 2008/94/CE, 2009/38/CE, 2002/14/CE, 98/59/CE e 2001/23/CE. Esta iniciativa tem dois documentos de trabalho associados [SWD(2013)461 e SWD(2013)462] (a remeter à CAE até 10 de dezembro 2013)
   Deputada relatora: Maria das Mercês Borges (PSD);
4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 156/XII (2.ª) (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;
5. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 144/XII (1.ª), da iniciativa de Mónica Lousã Machado Nunes, que *Solicita a alteração da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, de forma a ampliar o âmbito do Programa de Estágios Profissionais*
   Relatora: Deputada Teresa Costa Santos (PSD);
6. Deliberação sobre o processo de designação do mecanismo previsto no n.º 2 do artigo 33.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) – cfr. *ofício do Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*;
7. Outros assuntos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Mário Ruivo (PS), que, por impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, presidiu à reunião, começou por dar as boas-vindas ao Senhor Marcelino Pena Costa, Vice-Presidente da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a quem deu a palavra de seguida para uma intervenção inicial no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 182/XII (3.ª) (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social. Usaram da palavra os Senhores Deputados Sónia Fertuzinhos (PS), Teresa Costa Santos (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP). O Senhor Vice-Presidente da CCP respondeu em conjunto.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio e os respetivos registos estão disponíveis para consulta na página Internet do Parlamento em http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=96538, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião prosseguiu com a apresentação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, da autoria da Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), concluindo que a mesma reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais para ser discutida em plenário da Assembleia da República, devendo o parecer ser remetido à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) que começou por recordar que o anterior relatório por si apresentado tinha sido rejeitado por a parte I (Considerandos) conter opiniões pessoais e considerações políticas quando no parecer em apreço sucede o mesmo (leia-se a página 6), o que prova que a rejeição do parecer anteriormente apresentado foi completamente inadequada. Daí que o GP do PCP vote contra.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) observou que, tendo em conta que o parecer anteriormente apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Machado tinha merecido o voto favorável do GP do PS, aquele grupo parlamentar ir-se-ia agora abster, apenas porque a Comissão já poderia ter um parecer aprovado.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse compreender que aquele relatório não mereça o consenso nem a aprovação de todos os grupos parlamentares, apesar de, em sua opinião, ir de encontro às disposições regimentais. A respeito da observação do Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), explicou que, embora algumas afirmações não estejam dentro de aspas, não deixam de ser citações.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) concluiu então que se, nos considerandos, as opiniões incluídas forem em sentido favorável ao Governo não há qualquer problema; se, pelo contrário, forem em sentido não favorável ao Governo, o parecer é rejeitado. Disse que, em sua opinião, é necessário refletir sobre se, doravante, não deverá ser a maioria a elaborar todos os pareceres.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) disse que, contrariamente ao Deputado Jorge Machado, está disponível para alterar o seu parecer.

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) considerou que, a bem dos trabalhos futuros da Comissão, e se a intenção é tornar os pareceres neutros, o Deputado Jorge Machado tem toda a razão.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) quis que ficasse claro que, para o GP do PCP, é aceitável que sejam incluídas opiniões políticas e apreciações subjetivas. Chamou mais uma vez a atenção para o erro que constituiu a rejeição do parecer anteriormente elaborado, que, em sua opinião, se limitou a fazer apreciações jurídicas e a levantar questões. E solicitou a sua junção ao parecer da Comissão sob a forma de declaração de voto.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) esclareceu que, na discussão do parecer anteriormente apresentado, lembrou que há uma parte específica para o autor do parecer incluir a sua opinião.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) propôs que fosse votado de seguida o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 184/XII (3.ª) (GOV).

Submetido à votação, foram os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e abstenção do PS.

O Senhor Presidente disse ter sido informado de que o ponto três da Ordem do Dia ficava adiado para a próxima reunião, dia 17 de dezembro, em articulação com a Comissão de Assuntos Europeus.

No quarto ponto da Ordem do Dia, procedeu-se, nos termos regimentais, à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 156/XII (2.ª) (GOV), e das propostas de alteração apresentadas pelos GP do PSD e do CDS-PP, pelo GP do PS e pelo GP do PCP. Intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Arménio Santos (PSD),

coordenador do grupo de trabalho criado para o efeito, Jorge Machado (PCP) e António Cardoso (PS), dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Teresa Costa Santos (PSD) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 144/XII (1.ª), o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No sexto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) pôs à consideração da Comissão o nome da Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) para integrar o mecanismo previsto no n.º 2 do artigo 33.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Apesar de questionar se é ou não vantajoso indicar uma pessoa que, não sendo um parlamentar, possa reunir um consenso mais alargado da Comissão, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) sugeriu que a decisão final sobre aquela matéria fosse adiada para uma próxima reunião, de modo a permitir uma reflexão ainda mais aprofundada. Esta sugestão foi aceite por consenso.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezassete horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Vice-Presidente,

(Mário Ruivo)

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 10 de dezembro de 2013
Folha de Presenças
(Ata n.º 168/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
Maria das Mercês Borges
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Otília Ferreira Gomes
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
David Costa
Isilda Aguincha
Laura Esperança

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
José Manuel Canavarro
Nuno Sá

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Mariana Aiveca